

## ACESSIBILIDADE EM AMBIENTES EDUCACIONAIS EM GURUPI-TO

João Pedro Rodrigues Vilela<sup>1</sup>, Áurea Dayse Cosmo da Silva<sup>2</sup>, Mateus Pereira dos Reis<sup>3</sup>, Geovana Beatriz Galvão Moraes<sup>4</sup>, Jeremias Antônio de Oliveira Júnior<sup>5</sup>, Jacqueline Marques Reis<sup>6</sup>

<sup>1</sup>Acadêmico do Curso Técnico em Edificações, IFTO, *Campus* Gurupi – IFTO Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior. e-mail: jpzinho2004@gmail.com

<sup>2</sup>Mestra em Arquitetura e Urbanismo, Professora do curso de Engenharia Civil do IFTO, *Campus* Gurupi. Professora EBTT.–e-mail:aurea.silva@ifto.edu.br

<sup>3</sup>Graduando no Curso de Engenharia Civil do IFTO, *Campus* Gurupi.-. IFTO Bolsista do Programa de Iniciação Científica e-mail:mateus.pereira.reis@outlook.com

<sup>4</sup>Acadêmica do Curso Técnico em Edificações, IFTO, *Campus* Gurupi. Bolsista do CNPq.e-mail:geovanamorais\_29@outlook.com

<sup>5</sup>Acadêmico do Curso Técnico em Edificações, IFTO, *Campus* Gurupi. Estudante Voluntário.e-mail jeremiasjunior2106@gmail.com

<sup>6</sup>Acadêmica do Curso Técnico em Edificações, IFTO, *Campus* Gurupi. IFTO Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior.e-mail: jacqueline3651@gmail.com

**Resumo:** A pesquisa faz parte do programa de iniciação científica no qual aborda a acessibilidade em ambientes educacionais de ensino público. O estudo possui o objetivo verificar e analisar a acessibilidade em uma escola de ensino fundamental da 1ª fase. A partir de um referencial teórico elaborou-se um *checklist* com 174 parâmetros a serem averiguados. Por meio de estudo de campo e registro fotográfico, foram feitas as verificações das 3 edificações existentes na escola. Com a aplicação do *checklist* baseado na NBR 9050, foram encontradas desconformidades nas zonas de ligação entre as edificações, bem como nas áreas internas da mesma. As principais barreiras arquitetônicas encontradas, limitam o acesso às Pessoas com Deficiência (PcDs) e Pessoas com Mobilidade Reduzida (P.M.R.). Com as identificações das inadequações, conduzem critérios que podem ser adotados, aspirando às melhorias para a instituição.

**Palavras-chave:** acessibilidade, NBR 9050, pessoas com deficiência, desenho universal

## 1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988) estabelece o direito de ir e vir de todos os cidadãos brasileiros, em outras palavras, qualquer cidadão incluindo Pessoas com Deficiência (PCD) ou Pessoas com Mobilidade Reduzida (P.M.R), têm esse direito. A Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) trata o tema com foco nos direitos humanos, da mesma maneira que obedece ao princípio de que qualquer ser humano tem o direito de usufruir de todas as condições necessárias para o desenvolvimento de seus talentos e aspirações, sem ser subjugado, seja qual for o tipo de discriminação.

A escola e universidade, são uma esfera de socialização, e permitir que a pessoa com deficiência, compartilhem conhecimento não apenas por meio dos livros, mas também por meio do contato social com todos, é de suma importância, não apenas para o PcDs, mas para o todo, já que as trocas de experiências são bilaterais.

De acordo com o IBGE, em 2010 pelo menos 8,70% da população brasileira apresentava alguma deficiência e 8,75% da população tocantinense, *locus* dessa pesquisa, possui alguma deficiência severa. Destes, 0,84% apresentavam deficiência visual severa, 0,64% auditiva, 1,34% deficiência motora severa e em 5,94% foram identificadas deficiências mentais ou intelectuais (SNPD, 2012).

Desse modo esse artigo se apresenta como resultado final de um Projeto de Iniciação Científica Júnior, que teve como objetivo principal, caracterizar as inadequações, de uma escola municipal que atende os alunos do ensino fundamental-1º fase, em Gurupi, à luz da NBR 9050/2015.

## **2 METODOLOGIA**

Esse trabalho possui natureza exploratória com um caráter qualitativo. Como procedimento metodológico foi empregado o Estudo de Campo, que delineou-se da seguinte maneira: elaborou-se um *checklist* de verificações, embasado na NBR 9050 (ABNT, 2015) e legislação municipal (GURUPI, 1998), para que in loco fossem examinadas as condições atuais e premissas básicas inerentes a utilização adequada da edificação por parte dos pedestres, independente da condição física apresentada. O *checklist* foi desenvolvido na plataforma Google Forms® e avaliou 174 parâmetros, estabelecidos pela NBR 9050/2015. Em seguida, foi realizada uma compilação dos principais aspectos referentes a circulação externa.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Após a aplicação do *checklist* nos 3 blocos da edificação, foram constatadas diversas inconformidades com a norma, sendo as principais delas destacadas no artigo, e um panorama geral no gráfico da figura 6.

A totalidade dos ambientes de transição entre as salas e blocos da edificação se encontram em danificadas, apresentando desníveis, ausência de rampas, como evidenciado na figura 1B sendo que as existentes não obedecem a norma. O *hall* de entrada apresenta um desnível, causado por desgaste e falta de manutenção, o que dificulta o acesso de PCDs a toda edificação, como mostra a figura 1A.

Figura 1-Hall de entrada e corredor entre os blocos



Fonte-Acervo da Pesquisa

As instalações sanitárias também apresentaram irregularidades em relação à norma, sendo que todos os banheiros da edificação não possuíam box específicos para PCDs, como demonstra a figura 2B. O mobiliário também possuía inconformidades, sendo que os lavatórios não possuíam as dimensões padrões delimitadas pela norma, figura 2A.

Figura 2-Instalações sanitárias



Fonte: Acervo da Pesquisa

As calçadas internas da edificação possuem diversas irregularidades, causadas por fissuras e desníveis devido à má conservação e falta de manutenção nos locais, como evidenciados na figura 3A e 3B. Além das irregularidades, as curvas do calçamento não possuíam o raio de giro mínimo referido pela NBR 9050, sendo evidenciado pela figura 3B.

Figura 3-Hall de entrada e calçadas internas



Fonte-Acervo da Pesquisa

As salas de aula, e os espaços de convivência da edificação não estão em conformidade com a norma, sendo que as salas não possuem mobiliário para PCDs, figura 4A; já as áreas de recreação não possuem acessos adequados, como visto na figura 4B, além de não possuírem brinquedos adequados aos mesmos.

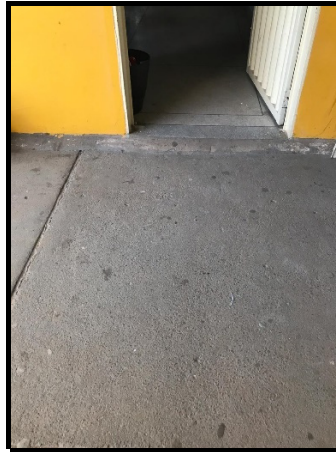
Figura 4: Sala de aula e área de recreação



Fonte-Acervo da Pesquisa

O acesso às salas de aula não possuía rampas em seus batentes, ou quando presentes, estas não estavam em conformidade com a norma, como mostra a figura 5A.

Figura 5-Entrada das salas de aula



Fonte-Acervo da pesquisa

Dos parâmetros analisados, a maioria se encontra em desconformidade com a norma, como pode ser evidenciado pelo gráfico abaixo. O *checklist* embasou-se na NBR 9050, e visou aplicar os parâmetros determinados pela mesma nos ambientes externos e internos da edificação, como as salas, os banheiros, as áreas de circulação e de convivência, bem como a existência de pisos táteis, rampas, corrimãos, do mobiliário e de outros equipamentos para o auxílio da locomoção de PcDs e do público em geral.

Figura 6-Compilação dos dados do *checklist*



Fonte: Dados da pesquisa

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acessibilidade em ambientes educacionais permite que mais pessoas possam desfrutar do processo de aprendizagem, transformando as edificações que são sedes do mesmo em locais realmente acessíveis a todos. Dessa maneira, o projeto de pesquisa atuou como agente catalisador do debate sobre acessibilidade, embasando-se nas premissas da NBR 9050, e nas leis do Desenho Universal.

Sendo assim, o projeto pôde avaliar os ambientes educacionais, facilitando a proposição de soluções projetuais necessárias para que esses locais se tornem realmente acessíveis, de modo a influenciar na criação de políticas públicas para que haja a criação e manutenção de espaços que permita o uso de todos.

Em suma, a edificação possui grande potencial para adequações, pois está implantado em um terreno predominantemente plano, além de possuir apenas um pavimento, o que diminui a necessidade de grandes alterações. Além disso, estas adequações são necessárias posto que o público desta edificação consiste em crianças de 4 A 10 anos.

Projetos como este devem ser incentivados e mantidos, pois possuem a finalidade de assegurar a acessibilidade em ambientes educacionais a todos, e permitindo o acesso de pessoas que possuem ou não limitações psicomotoras, e incluindo estes no processo educacional, de extrema importância para a formação de cidadãos cientes de seus direitos e deveres.

#### REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16537: Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação**. Rio de Janeiro, 2016.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acesso em: 13 fev. 2019.
- BRASIL. Lei nº. 7.853, de 24 de Outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: <[https://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7853.htm](https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm)>. Acesso em: 16 fev. 2019.
- CAMBIAGHI, S. **Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. São Paulo: SENAC, 2008.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Símbolos para deficiências na trajetória inclusiva**. Reação, ano XII, n. 66, jan./ fev. 2009, p.11-17
- SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Cartilha do Censo 2010**. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.